

Sexta-feira, 17 de Outubro de 2014

Sex, 17 de Outubro de 2014.
14:38:00.

CULTURA BR | NOTÍCIAS

ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

Cinema brasileiro: Aumento na produção e ampliação do mercado audiovisual

Desde o início deste ano, foram aprovados cerca de 328 projetos audiovisuais pela **Agência Nacional de Cinema (Ancine)**, para serem realizados por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O crescimento é visível. Ano passado, foram 296 projetos. Entre eles estão obras audiovisuais cinematográficas de longa-metragem, videofonográficas seriadas e videofonográficas longa-metragem.

Atualmente o Brasil tem 2.800 salas de cinema, participação de 18,6% nas bilheterias e lançou 129 filmes nos cinemas. Estes números são igualmente expressivas em todas as áreas do audiovisual. Para expandir ainda mais o mercado interno e universalizar o acesso da população aos serviços audiovisuais, foi lançado pelo governo federal o programa Brasil de Todas as Telas com investimento de 1,2 bilhão de reais em capacitação de mão de obra técnica, salas de cinema, desenvolvimento e produção de obras audiovisuais é fundamental. É o maior programa de desenvolvimento do setor audiovisual já construído no país, formulado pela **Ancine** em parceria com o Ministério da Cultura, com colaboração do Comitê Gestor do FSA.

Durante o lançamento do programa, foi anunciado o Sistema de Suporte Financeiro Automático à Produção e à Programação, que começou a operar em 21 de julho. Essa é uma nova linha de financiamento, que conta com R\$ 70 milhões do FSA. Os recursos serão para projetos de produção independente de cinema e televisão que serão selecionados pelas próprias produtoras, distribuidoras e programadoras premiadas por seu desempenho e práticas comerciais anteriores. Recentemente, foram publicados no Diário Oficial da União os nomes dos representantes de treze produtoras independentes brasileiras que serão beneficiadas pelo Programa de Apoio à Participação de Produtores Brasileiros de **Audiovisual** em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais da **Ancine**. Elas vão participar do evento Dias da Indústria que acontecerá na Suíça, em agosto.

O presidente da **Ancine**, **Manoel Rangel**, em entrevista para o Cultura Br afirma que “ há 12 anos atrás o Brasil não tinha uma política de cinema e audiovisual. A ação do governo federal era restrita a apoiar a produção de poucos filmes por ano, por meio da renúncia fiscal. O mercado de salas de cinema era pequeno, 1860 salas, nossa participação era de apenas 8% e eram lançados apenas 29 filmes.” Com as novas políticas, o quadro mudou.

“Construímos uma expressiva política de cinema e audiovisual. Ampliamos o foco da ação governamental e passamos a apoiar além da produção de filmes, também a produção independente de televisão, a abertura de salas de cinema, o fortalecimento de distribuidoras brasileiras, a produção publicitária brasileira, a televisão pública, a parceria com a televisão aberta” (**Manoel Rangel**)

Em diversas frentes o governo federal tem aberto portas para ampliar o acesso dos produtores aos recursos e ampliar as opções de produção audiovisual no país, um importante mercado empregador e também que contribui para o acesso da população em geral à cultura. Com o fomento ao desenvolvimento da produção audiovisual, há mais oferta de produtos nacionais de

qualidade e uma nova geração de cineastas que irá se formar com mais estrutura. A meta para os próximos anos, segundo **Manoel Rangel** “ é fazer do Brasil um dos 5 maiores mercados do mundo, e um grande centro produtor e programador de conteúdos brasileiros.”

Outras frentes:
Lei da TV Paga

A Lei da TV Paga mudou e muito a vida dos profissionais do setor audiovisual brasileiro. Ela foi aprovada pelo Senado e sancionada pela presidenta Dilma em 2011. Ela é importante não só por aumentar a concorrência, mas por gerar empregos. Isso porque, entre outras coisas, a lei estabelece um mínimo 3h30 semanais dos conteúdos veiculados no horário nobre para programas brasileiros e a metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente. Ou seja, os canais por assinatura não podem mais exibir exclusivamente conteúdo produzido no exterior.

Levantamento da **Agência Nacional do Cinema (Ancine)**, mostra que, num universo de 14 canais, em 2012, foram levadas ao ar mais de 2.006 horas de programação nacional, contra um total de 1.000 horas e 11 minutos em 2011, antes da entrada em vigor da lei. A lei também cria mecanismos para que mais brasileiros tenham acesso aos serviços de televisão por assinatura e a outros serviços, como banda larga e telefonia, por um preço cada vez menor, por contribuir para o aumento da concorrência e da liberdade de escolha do consumidor. A **Ancine** identificou o crescimento de 27% no número de assinantes da **TV paga**, de 2011 para 2012. Isso mostra que a iniciativa vem ao encontro da filosofia do governo federal de incluir mais e mais brasileiros nos mercados de consumo e de trabalho.

Incentivos fiscais

Desoneração tributária Uma questão-chave para o Programa “**Cinema Perto de Você**” é proporcionar condições de sustentabilidade para os empreendimentos dirigidos para a classe C ou localizados em cidades do interior. Especialmente nesses casos, a atividade de exibição depende de um modelo de negócios baseado em custos mais baixos, que permitam preços de bilhetes acessíveis para a população. Reduzir os custos, portanto, é essencial para a atividade de exibição. Isso começa pela diminuição das despesas financeiras dos agentes do setor, por meio da oferta de capital a juros muito baixos. Além disso, foi formulado um conjunto de propostas tributárias, dirigidas tanto à desoneração dos investimentos, quanto à operação das novas salas:

Recine Por meio da 12.599/2012 foi instituído o Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – **Recine**. Este novo regime fiscal tem por objetivo fortalecer a sustentabilidade e a viabilidade econômica da atividade, especialmente dos projetos financiados com recursos da União.

Desoneração dos investimentos Será suspensa a exigibilidade de todos os tributos federais incidentes sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção necessários à construção ou modernização de complexos cinematográficos. Os tributos desonerados são: PIS, COFINS, PIS-importação, COFINS-importação, IPI incidente na importação ou no comércio interno e Imposto de Importação (bens e materiais sem similar nacional). Essa medida facilitará, por exemplo, a digitalização do parque exibidor em operação, além de reduzir os custos dos investimentos em novas salas. Para fruírem esse benefício, empresas exibidoras, construtoras, incorporadoras, locadoras de equipamentos para salas de cinema deverão credenciar previamente seus projetos na **Ancine**. Essa redução de custos, portanto, ajuda a viabilizar os investimentos e empréstimos do FSA, previstos pelo Programa “**Cinema Perto de Você**”, e a dar sustentabilidade às salas do Projeto “Cinema da Cidade”.

Tributos estaduais e municipais No âmbito do Projeto “Cinema da Cidade”, serão exigidos dos municípios e governos estaduais compromissos de redução de tributos presentes na operação das salas. É o caso principalmente do ISS, nos municípios. Além disso, alguns Estados já começaram a praticar ações neste sentido. É o caso de medida do Rio de Janeiro, que estabeleceu alíquota zero para o ICMS devido na importação de equipamentos audiovisuais.

[Link](#)